

ÍNDICE DA MATÉRIA

<i>Sumário</i>	VII
<i>Apresentação</i>	IX

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º – Direito Processual Civil

1 – Noções gerais	5
2 – Definição	6
3 – Natureza	6
4 – Relações com outros ramos do Direito	7
5 – Objetivo	8
5-a – Novos rumos do Direito Processual Civil	8

§ 2º – História do Direito Processual Civil

6 – Origens	9
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia	9
8 – O processo civil romano	10
9 – Processo comum	11
10 – O processo civil moderno (fase científica)	12
11 – Direito processual civil brasileiro	13
12 – Regulamento nº 737	13
13 – Códigos estaduais	14
14 – Códigos unitários	14
15 – O novo código	15
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil	16

§ 3º – Fontes do Direito Processual Civil

16 – Noções gerais	17
17 – Lei processual	17
18 – A lei processual no tempo	18
19 – A lei processual no espaço	19
20 – Interpretação das leis processuais	20

§ 4º – Princípios Informativos do Direito Processual

21 – Noções gerais	22
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal	22
23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo	23

24 – Princípio do contraditório	24
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição	25
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual	25
27 – Princípio da verdade real	26
28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade	26
29 – Princípio da publicidade	27
30 – Princípio da economia processual	28
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão	28

Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

§ 5º – Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica	29
33 – Justiça privada e justiça pública	29
34 – Jurisdição	30
35 – Características da jurisdição	32
36 – Imparcialidade e disponibilidade	32
37 – Objetivo da jurisdição	33
38 – Princípios fundamentais	34
39 – Jurisdição civil	34
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	35
41 – Substitutivos da jurisdição	36
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva	36

§ 6º – Processo

42 – Conceito	39
43 – Processo e procedimento	40
44 – Autonomia do processo	40
45 – Espécies de processo	41
46 – Funções do processo	41
47 – Independência dos processos	42

§ 7º – Ação

48 – O monopólio estatal da justiça	43
49 – A ação: direito subjetivo à tutela jurisdicional	43
50 – Autonomia do direito de ação	44
51 – A evolução do conceito de ação	44
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional	46
52 – Condições da ação	46
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação	47
54 – Pressupostos processuais	52
55 – Classificação das ações	54
55-a – Ação e pretensão	55
55-b – Ação e causa	56
55-c – Elementos identificadores da causa	56
56 – A defesa do réu	57
57 – Espécies de resposta	58

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

§ 8º – Elementos do Processo

58 – Visão dinâmica e estática do processo	59
--	----

59 – A relação processual.	60
60 – Classificação dos elementos do processo	60
§ 9º – Efeitos da Relação Processual	
61 – Noções gerais	62
62 – Direitos processuais	62
63 – Obrigações processuais	62
64 – Deveres processuais	62
65 – Ônus processuais	63

Parte II – Sujeitos do Processo

Capítulo IV – Partes e Procuradores

§ 10 – Partes

66 – Partes	67
67 – Nomenclatura	68
68 – Substituição processual	68
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso)	69
70 – Capacidade processual.	70
71 – Capacidade processual das pessoas casadas.	71
72 – Curatela especial.	72
73 – Representação das pessoas jurídicas.	73
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação.	74

§ 11 – Deveres das Partes e Procuradores

75 – Deveres	75
76 – Responsabilidade das partes por dano processual.	76

§ 12 – Despesas e Multas

77 – Ônus financeiro do processo.	78
78 – Antecipação das despesas	78
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo	79
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência.	80
81 – Sucumbência recíproca	81
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais	81
83 – Multas	82
84 – Honorários de advogados	82
85 – Cabimento dos honorários.	83
86 – Inoperância da sucumbência.	84
87 – Fixação dos honorários	84
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários	85
89 – Execução dos honorários	86
90 – Assistência judiciária	86

§ 13 – Advogados

91 – Capacidade de postulação	89
92 – O mandato judicial	89
93 – Direitos e deveres	90

§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores

94 – Substituição de parte	92
95 – Substituição do advogado	93

Capítulo V – Pluralidade de Partes

§ 15 – Litisconsórcio

96 – Pluralidade de partes	95
97 – Classificações	95
98 – Espécies de litisconsórcio	96
99 – Sistema do código	96
100 – Casos legais de litisconsórcio	96
101 – Litisconsórcio necessário.	98
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação	99
103 – Litisconsórcio facultativo recusável	99
104 – Posição de cada litisconsorte no processo	100
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais	101

§ 16 – Intervenção de Terceiros

106 – Conceito	102
107 – Classificações	102

§ 17 – Oposição

108 – Conceito	104
109 – Competência	105
110 – Procedimento.	105
111 – Julgamento da oposição	106

§ 18 – Nomeação à Autoria

112 – Conceito	108
113 – Pressuposto da nomeação à autoria	108
114 – Procedimento.	108

§ 19 – Denúnciação da Lide

115 – Conceito	111
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano	112
116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide	114
117 – Objetivo do incidente	115
118 – Legitimação	115
119 – Procedimento.	115
120 – Efeitos da denúnciação da lide	116
121 – Denúnciações sucessivas	117

§ 20 – Chamamento ao Processo

122 – Conceito	120
123 – Casos de admissibilidade do incidente	120
124 – Procedimento.	121
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor.	122

§ 21 – Assistência

125 – Conceito	124
126 – Pressupostos da intervenção	124
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial	125
128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial	126
129 – Procedimento.	126
130 – Poderes e ônus processuais do assistente	127
130-a – Assistência provocada	128
130-b – O recurso de terceiro prejudicado	128

Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

§ 22 – O Ministério Público

131 – Conceito	131
132 – Funções.	132
133 – Natureza	132
134 – Ministério Público como parte	133
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i>	133
136 – Ausência do Ministério Público no processo	134
137 – Órgãos do Ministério Público	134
138 – Princípios e garantias.	135

Capítulo VII – Juizes

§ 23 – Competência

139 – Conceito	137
140 – Distribuição da competência	138
141 – Classificação da competência	138

§ 24 – Competência Internacional

142 – Noções gerais.	139
143 – Espécies de competência internacional	139
144 – Competência concorrente e litispendência	140

§ 25 – Competência Interna

145 – Noções gerais.	141
146 – Competência em matéria civil	142
147 – Competência da Justiça Federal	142
148 – Competência das Justiças Estaduais	143

§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna

149 – Generalidades	145
150 – Competência do foro e competência de Juiz.	146
151 – Divisão da competência do foro	146
152 – Cumulatividade de juízos competentes	146
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	147

§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria

154 – Competência em razão do valor da causa	149
155 – Competência em razão da matéria	149

§ 28 – Competência Funcional	
156 – Conceito	150
157 – Classificação	150
§ 29 – Competência Territorial	
158 – Conceito	152
159 – Foro comum	152
160 – Foros subsidiários ou supletivos	153
161 – Foros especiais	153
162 – Ações reais imobiliárias	154
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência	154
164 – Foro da União e dos Territórios Federais	155
165 – Foros <i>ratione personae</i>	156
166 – Foro das pessoas jurídicas	157
166-a – Foro dos Estados e Municípios	157
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações.	158
168 – Foro de homologação do laudo arbitral	158
§ 30 – Modificações da Competência	
169 – Competência absoluta e competência relativa	159
170 – Prorrogação da competência	160
171 – Prorrogação legal.	160
172 – Efeito prático	162
173 – Prevenção	162
174 – Outros casos de prorrogação legal	163
175 – Conexão entre ação penal e ação civil	164
176 – Prorrogação voluntária	165
176-a – Derrogação dos foros especiais instituídos por leis de ordem pública.	166
§ 31 – Declaração de Incompetência	
177 – Verificação de competência	168
178 – Exceção de incompetência	168
179 – Incompetência absoluta	169
§ 32 – Conflito de Competência	
180 – Noções gerais.	170
181 – Procedimento do conflito	171
182 – Efeitos do conflito	171
Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça	
§ 33 – Organização Judiciária	
183 – O Poder Judiciário Brasileiro	173
184 – Duplo grau de jurisdição	175
185 – Jurisdição extraordinária	175
186 – Competência	175
187 – Disciplina da magistratura	176
§ 34 – Órgãos Judiciários	
188 – Juízes	177

189 – Requisitos de atuação do juiz	177
190 – Garantias da magistratura	178
191 – Poderes e deveres do juiz.	178
192 – Responsabilidade do juiz.	180
193 – Garantia de imparcialidade do juiz.	180
194 – Casuismo legal	181
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido	181

§ 35 – Auxiliares da Justiça

196 – O juízo	183
197 – Escrivão	183
198 – Oficial de justiça	184
199 – Perito	185
200 – Depositário e administrador	186
201 – Intérprete	186
202 – Outros auxiliares eventuais.	187

Parte III – Atos Processuais

Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais

§ 36 – Atos Processuais

203 – Conceito	191
204 – Agentes.	192
205 – Atos do processo e atos do procedimento	192
206 – Classificação dos atos processuais	193
207 – Forma dos atos processuais	194
208 – Publicidade	195
209 – Meios de expressão.	195
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados.	196

§ 37 – Atos da Parte

210 – Conceito e classificação	197
211 – Eficácia dos atos das partes	198
212 – Petições e autos suplementares.	198
213 – Cotas marginais e lineares nos autos.	198

§ 38 – Atos do Juiz

214 – Atividade processual do juiz	200
215 – Atos decisórios	200
216 – Definições legais	201
217 – Decisão interlocutória	201
218 – Despachos	202
219 – Sentença	202
220 – Atos não decisórios.	203
221 – Forma dos atos decisórios	204

§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria

222 – Documentação e comunicação dos atos processuais.	205
223 – Autuação	206

224 – Termos processuais	206
225 – Forma dos termos	207

Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais

226 – O tempo	209
227 – Feriados e férias forenses	210
228 – O lugar	211

§ 41 – Prazos

229 – Disposições gerais	213
230 – Classificação	214
231 – Natureza dos prazos	214
232 – O curso dos prazos	215
233 – Contagem dos prazos: termo inicial	216
234 – Prazos para recurso	218
235 – Termo final	218
236 – Preclusão	219
237 – Prazos para as partes	219
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares	220
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública	221
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários	221
241 – Inobservância de prazo da parte	221
242 – Inobservância dos prazos do juiz	222

Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo

243 – Intercâmbio processual	223
244 – Forma dos atos de comunicação	223
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo	224
246 – Requisitos das cartas	224
247 – Cumprimento das cartas	224
248 – Cartas urgentes	225
249 – Custas nas cartas	225
250 – Cartas rogatórias	226

§ 43 – Citação

251 – Conceito	227
252 – Suprimento da citação	227
253 – Destinatário da citação inicial	228
254 – Local da citação	229
255 – Impedimento legal de realização da citação	229
256 – Modos de realizar a citação	229
257 – Citação, por oficial de justiça	230
258 – Citação com hora certa	231
259 – Citação pelo Correio	232
260 – Citação por edital	233
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital	234

262 – Efeitos da citação	235
263 – Prevenção	235
264 – Litispendência	235
265 – Litigiosidade	236
266 – Mora	236
267 – Prescrição	236
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição	236

§ 44 – Intimações

269 – Conceito	238
270 – Forma	238
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça	239
272 – Aperfeiçoamento da intimação	240
273 – Intimação em audiência	241
274 – Intimação por edital ou com hora certa	241
275 – Efeitos da intimação	242
275-a – Intimação pessoal do representante do Ministério Público e do Defensor Público	242

Capítulo XII – Outros Atos Processuais

§ 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa

276 – Noções introdutórias	243
277 – Registro	243
278 – Distribuição	243
279 – Distribuição por dependência	244
280 – Valor da causa	245
281 – Impugnação ao valor da causa	246

Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

§ 46 – Nulidade

282 – Conceito	249
283 – Espécies de vícios do ato processual	249
284 – Atos inexistentes	250
285 – Atos absolutamente nulos	250
286 – Atos relativamente nulos	251
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual	251
288 – Sistema de nulidade do Código	252
289 – Nulidades cominadas pelo Código	253
290 – Nulidades da citação e intimação	254
291 – Arguição das nulidades	254
292 – Momento da arguição	254
293 – Decretação de nulidade	255
294 – Efeitos da decretação	255

Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 47 – Introdução

295 – Noções gerais	259
-------------------------------	-----

§ 48 – Formação do Processo

296 – O processo	260
297 – Sujeitos da relação jurídica processual	260
298 – Início do processo	262
299 – Formação gradual da relação processual	262
300 – Estabilização do processo	263
301 – Alteração do pedido	263
302 – Alterações subjetivas	264

§ 49 – Suspensão do Processo

303 – Conceito	265
304 – Os casos de suspensão do processo	265
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual	266
306 – Suspensão por convenção das partes	267
307 – Suspensão em razão de exceção	268
308 – Suspensão por prejudicialidade	268
309 – Prejudicialidade e conexão	269
310 – Suspensão por motivo de força maior	270
311 – Outros casos legais de suspensão	270
312 – Férias e suspensão do processo	270

§ 50 – Extinção do Processo (I)

313 – Encerramento da relação processual	272
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito	272
315 – Indeferimento da inicial	273
316 – Abandono da causa	273
317 – Ausência de pressupostos processuais	274
318 – Perempção	275
319 – Litispendência e coisa julgada	275
320 – Condições da ação	276
321 – Convenção de arbitragem	277
322 – Desistência da ação	277
323 – Intransmissibilidade da ação	278
324 – Confusão entre autor e réu	278
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito	279
326 – Iniciativa da extinção do processo	279
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível	279

§ 51 – Extinção do Processo (II)

327 – Extinção do processo com julgamento do mérito	281
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido	282
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu	282
330 – Transação	283
330-a – Retratação e rescisão de transação	283
331 – Prescrição e decadência	284
332 – Renúncia ao direito	285

Processo de Conhecimento

Parte V – Processo e Procedimento

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição

333 – Processo	291
334 – Procedimento	291
335 – Procedimentos no processo de cognição	292
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	293
337 – Esquema do procedimento ordinário	293
338 – Fases do procedimento ordinário	294
339 – Fase postulatória	294
340 – Fase saneadora	294
341 – Fase instrutória	295
342 – Fase decisória	295
342-a – Adequação do Procedimento	295

§ 53 – Procedimento sumário

343 – Causas de rito sumário	298
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário	299
344 – Outras causas de procedimento sumário	301
345 – Indisponibilidade do rito sumário	301
346 – O procedimento	302
347 – A petição inicial e seu despacho	303
348 – A citação e a resposta do réu	304
349 – Audiência de conciliação	305
349-a – Audiência de instrução e julgamento	307
350 – Revelia	307
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência	308
352 – Direito intertemporal	308

Parte VI – Procedimento Ordinário

Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial

353 – Petição inicial	313
354 – Requisitos da petição inicial	314
355 – Despacho da petição inicial	315
356 – Casos de indeferimento da petição inicial	316
357 – Extensão do indeferimento	317
358 – Efeitos do despacho da petição inicial	317

§ 55 – O Pedido

359 – Petição inicial	318
360 – Pedido	318
361 – Requisitos do pedido	319
362 – Pedido concludente	319
363 – Pedido genérico	319

364 – Pedido cominatório	320
365 – Pedido alternativo	321
366 – Pedidos sucessivos	321
367 – Pedido de prestações periódicas	322
368 – Pedido de prestação indivisível	322
369 – Pedidos cumulados	322
370 – Espécies de cumulação de pedido	323
371 – Interpretação do pedido	323
372 – Aditamento do pedido	324
372-a – Modificação do pedido	325
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento	325

§ 56 – A Resposta do Réu

373 – A defesa do réu	329
374 – A resposta do réu	329
375 – Espécies de defesa	330
376 – Defesa processual	330
377 – Defesa de mérito	331
378 – Reconvenção	332
379 – Síntese	332

§ 57 – Contestação

380 – Conceito	333
381 – Conteúdo e forma da contestação	334
382 – Ônus da defesa especificada	334
383 – Preliminares da contestação	335
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	337
385 – Réplica ou impugnação do autor	337

§ 58 – Exceções

386 – Conceito	338
387 – Prazo	339
388 – Efeito da exceção	339
389 – Exceção de incompetência. Cabimento	340
390 – Procedimento	340
391 – Exceções de impedimento e de suspeição	340

§ 59 – Reconvenção

392 – Conceito	344
393 – Pressupostos da reconvenção	344
394 – Procedimento	347
395 – Extinção do processo principal	348

§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido

396 – Revelia	349
397 – Os efeitos da revelia	350
398 – Alteração do pedido	351
399 – Reconhecimento da procedência do pedido	351

Capítulo XVII – Fase de Saneamento

§ 61 – Providências Preliminares

400 – Conceito	353
401 – Réplica do autor	354
402 – Revelia e provas	354
403 – Intervenção do Ministério Público	355
404 – Ação declaratória incidental	355
405 – Outras providências preliminares	357

§ 62 – Julgamento Conforme o Estado do Processo

406 – Conceito	358
407 – Extinção do processo	359
408 – Julgamento antecipado da lide	360
408-a – Audiência de conciliação	360

§ 63 – Saneamento do Processo

409 – Despacho saneador	363
410 – Cabimento	363
411 – Conteúdo	364
412 – Efeito preclusivo	365
413 – Formas do despacho saneador	365

Capítulo XVIII – Fase Probatória

§ 64 – A Prova

414 – Conceito	367
415 – Características da prova	368
416 – Objeto da prova	368
417 – Finalidade e destinatário da prova	370
418 – Valoração da prova	370
419 – O sistema do Código	371
420 – Poder de instrução do juiz	372
421 – Ônus da prova	373
422 – Sistema legal do ônus da prova	374
423 – Convenção sobre ônus da prova	375
424 – Meios de prova	375
425 – Procedimento probatório	376
426 – Instrução através de carta	377
427 – Dever de colaboração com a Justiça	377

§ 65 – Depoimento Pessoal

428 – Conceito	379
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal	379
430 – Legitimação para o depoimento	380
431 – Objeto do depoimento pessoal	380
432 – Procedimento	380

§ 66 – Confissão

433 – Conceito	382
434 – Requisitos da confissão	382
435 – Classificações	383
436 – Efeitos da confissão	383
437 – Indivisibilidade da confissão	384
438 – Valor da confissão extrajudicial	385

§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa

439 – Conceito	386
440 – Oportunidade da medida	386
441 – Legitimação	386
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte	387
443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro	388

§ 68 – Prova Documental

444 – Conceito	393
445 – Força probante dos documentos	394
446 – Documentos públicos	394
447 – Documentos particulares	396
448 – Valor probante do documento particular	397
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos	398
450 – Livros comerciais	399
451 – Reprodução de documentos particulares	399
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos	400
453 – Documentos viciados em sua forma	401
454 – Falsidade documental	401
455 – Espécies de falsidade	402
456 – Ônus da prova	403
457 – O incidente de falsidade	404
458 – Procedimento do incidente de falsidade	404
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade	406
459 – Produção da prova documental	406
460 – Desentranhamento de documentos	408

§ 69 – Prova Testemunhal

461 – Conceito	410
462 – Valor probante das testemunhas	411
463 – Direitos e deveres da testemunha	413
464 – A produção da prova testemunhal	415

§ 70 – Prova Pericial

465 – Conceito	420
466 – Admissibilidade da perícia	421
467 – O perito	422
468 – O procedimento da prova pericial	423
469 – Valor probante da perícia	425
470 – Nova perícia	426

§ 71 – Inspeção Judicial

471 – Conceito	427
472 – Procedimento.	427

§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento

473 – Audiência.	429
474 – Características da audiência	429
475 – Atos preparatórios	431
476 – Adiamento da audiência	431
477 – Antecipação de audiência	433
478 – Conciliação.	433
479 – Procedimento da conciliação.	435
480 – Instrução e julgamento	435
481 – Documentação da audiência	437

Capítulo XIX – Fase Decisória

§ 73 – Noções Introdutórias

482 – Conceito de processo.	439
483 – Conteúdo e finalidade do processo.	440

§ 74 – Sentença

484 – Definição legal e classificação doutrinária.	441
485 – Natureza da sentença definitiva	442
486 – Função da sentença definitiva	443
486-a – Função da sentença terminativa	444

§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença

487 – Conteúdo da sentença	445
488 – Relatório	445
489 – Motivação	446
490 – Dispositivo da sentença	447
491 – Condições formais da sentença.	447
492 – Clareza	448
493 – Precisão.	448
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	449
494 – Publicação e intimação da sentença	450
495 – Efeitos da publicação.	452
496 – Correção e integração da sentença	452
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i>	453

§ 76 – Classificação das Sentenças

497 – Classificações	455
498 – Sentenças declaratórias.	456
499 – Sentenças condenatórias	456
500 – Sentença constitutiva.	457
501 – Momento de eficácia da sentença	457
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença	458

§ 77 – Efeitos da Sentença

503 – Conceito	459
504 – Entrega da prestação jurisdicional	459
505 – Hipoteca judiciária	460
506 – Outros efeitos secundários da sentença	460

§ 78 – Coisa Julgada

507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código	462
508 – Coisa julgada formal e material	463
508-a – Terminologia do julgamento de mérito	465
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada	466
510 – Arguição da coisa julgada	466
511 – Preclusão	467

§ 79 – Limites da Coisa Julgada

512 – Limites objetivos	470
513 – Motivos da sentença	471
514 – Verdade dos fatos	473
515 – Questões prejudiciais	473
516 – Questões implicitamente resolvidas	474
517 – Duplo grau de jurisdição	475
518 – Limites subjetivos	476
518-a – Coisa julgada nas ações coletivas	478
519 – Causas de estado	480
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejuízos	480
520-a – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso	481
521 – Execução forçada e coisa julgada	483

Parte VII – Recursos

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos

522 – Conceito	487
523 – Fundamento do direito de recurso	488
524 – Atos sujeitos a recurso	488
525 – Recursos admissíveis	489
526 – Correição parcial	490

§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos

527 – Duplo grau de jurisdição	492
528 – Legitimação para recorrer	492
528-a – Particularidades do recurso de terceiro	493
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer	494
530 – Pressupostos objetivos do recurso	494
531 – Recorribilidade da decisão	494
532 – Tempestividade	494
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso	496
534 – Singularidade do recurso	496
535 – Adequação do recurso	497

536 – Preparo	498
537 – Motivação e forma	498
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos	499
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença	499
540 – Recurso adesivo	500
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau	501
§ 82 – A Apelação	
541 – Conceito	503
542 – Interposição da apelação	504
543 – Efeitos da apelação	505
544 – Recebimento da apelação	507
545 – Deserção	508
546 – Prazo para interposição da apelação	509
547 – Julgamento em segunda instância	510
§ 83 – Agravo	
548 – Conceito	512
549 – Espécies de agravo	513
550 – Agravo retido	513
550-a – Agravo posterior à apelação	515
550-b – Agravo retido no procedimento sumário	515
551 – Agravo de instrumento	515
552 – Efeitos do agravo de instrumento	516
553 – Processamento do agravo de instrumento	517
554 – O contraditório	519
554-a – Outras observações sobre o novo regime do agravo de instrumento	519
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito	522
556 – Processamento	523
557 – Embargos adesivos	524
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes	524
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito	526
559 – Pressupostos dos embargos de declaração	526
560 – Procedimento	527
561 – Efeito interruptivo	527
562 – Embargos manifestamente protelatórios	528
§ 86 – O Recurso de Revista e a Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista	531
564 – Uniformização da jurisprudência	531
565 – Pressupostos do incidente	531
566 – Legitimação para a provocação do incidente	532
567 – Apreciação do incidente	532
568 – Súmula jurisprudencial	533
§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Inquérito	535

570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal	536
571 – Recurso extraordinário	536
572 – Pressupostos do recurso extraordinário	537
573 – Função do recurso extraordinário	538
574 – Efeitos do recurso extraordinário	538
575 – Processamento do recurso extraordinário	539
576 – Poderes do Relator	540
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça	541
576-b – Recurso especial	541
576-c – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial	545
576-d – Relevância da questão federal	545
576-e – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça	546
576-f – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal	546
576-g – Reclamação perante o STF e o STJ	547
576-h – Recurso especial ou extraordinário retido	548

§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos

577 – Posição do novo Código	551
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos	551

Parte VIII – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais

579 – Duplo grau de jurisdição	555
580 – Competência dos tribunais	555
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais	556
582 – Casos de competência originária dos tribunais	556
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil	558
584 – O funcionamento dos tribunais	559
585 – O sistema de julgamento dos tribunais	560

§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira

586 – A eficácia da sentença estrangeira	563
587 – O sistema nacional	563
588 – A homologação da sentença estrangeira	564
589 – Natureza da decisão homologatória	564
590 – O procedimento	565
591 – A execução	566

§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade

592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	567
593 – Regulamentação legal	567
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais	568
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade	568
596 – Iniciativa de arguição	568
597 – Momento da arguição	569
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente	569
599 – O julgamento da arguição	569

§ 92 – Ação Rescisória

600 – Conceito	572
601 – Pressupostos	574
602 – Casos de admissibilidade da rescisória.	576
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I)	577
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II).	577
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III).	578
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III)	579
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV).	579
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V)	579
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI).	580
610 – Documento novo (art. 485, VII)	581
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII)	582
612 – Erro de fato (art. 485, IX)	582
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória	583
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso	584
614 – Legitimação	585
615 – O pedido, <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	586
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa	587
617 – A execução da sentença rescindenda.	588
618 – Indeferimento da inicial	588
619 – Procedimento.	588
620 – Natureza e conteúdo da decisão	589
621 – Rescisória de rescisória	590
622 – Prazo de propositura da ação rescisória	591
623 – Sentença nula de pleno direito	592
<i>Bibliografia</i>	597
<i>Índice Onomástico</i>	603
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	605
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	623

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário	V
Parte IX – PROCESSO DE EXECUÇÃO	
Capítulo XXII – Princípios Gerais	
§ 93 – Execução Forçada	
624 – O Processo judicial	3
625 – Processo de conhecimento e processo de execução	3
626 – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento	4
627 – Visão unitária da jurisdição	5
628 – Realização da sanção: fim da execução forçada	6
629 – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada	6
630 – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos	7
631 – Meios de execução	8
632 – Autonomia do processo de execução	8
632-a – Novos rumos da execução de sentença	9
§ 94 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva	
633 – Princípios informativos do processo de execução	10
634 – Toda execução é real	11
635 – A execução tende apenas à satisfação do direito do credor	11
636 – Princípio da utilidade da execução	11
637 – Princípio da economia da execução	11
638 – Princípio da especificidade da execução	12
639 – Princípio dos ônus da execução	12
640 – Princípio do respeito à dignidade humana	13
641 – Princípio da disponibilidade da execução	13
641-a – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	14
§ 95 – Formas de Execução e Atos de Execução	
642 – As várias formas de execução	16
643 – Execução singular e execução coletiva	16
644 – Atos de execução	17
645 – Relação processual executiva	18
645-a – A citação executiva	19
§ 96 – Execução Provisória e Definitiva	
646 – Conceito	20
647 – Fundamentos da execução provisória	20
648 – Execução embargada de título extrajudicial	21

649 – Situação do tema no Código	21
650 – Normas básicas da execução provisória	22
650-a – Incidentes da execução provisória	24
§ 97 – Procedimento	
651 – Procedimento da execução forçada.	25
§ 98 – Disposições Gerais	
652 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento	26
653 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça.	26

Capítulo XXIII – Requisitos para Realizar Qualquer Execução

§ 99 – Pressupostos da Execução Forçada	
654 – Pressupostos processuais e condições da ação.	29
655 – O título executivo	30
656 – Função do título executivo	30
657 – Efeito prático do título executivo.	31
658 – Requisitos do título executivo: liquidez, certeza e exigibilidade	32
659 – Formas dos títulos executivos	33
660 – O inadimplemento do devedor	34
661 – O inadimplemento em contrato bilateral.	35

Capítulo XXIV – A Relação Processual e seus Elementos

§ 100 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução	
662 – Elementos do processo executivo	37

Capítulo XXV – Elementos Subjetivos (I)

§ 101 – Partes. Legitimação Ativa	
663 – Nomenclatura	39
664 – Legitimação ativa	39
665 – Legitimação ativa originária do credor.	40
666 – Legitimação extraordinária do Ministério Público	40
667 – Legitimação ativa derivada ou superveniente	40
668 – Espólio	41
669 – Herdeiros e sucessores	42
670 – Cessionário	42
671 – Sub-rogado.	43
672 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	44
673 – Terceiros interessados.	44
§ 102 – Legitimação Passiva	
674 – Legitimação passiva	45
675 – Dívida e responsabilidade.	45
676 – O devedor	47
677 – Espólio e sucessores.	47
678 – O novo devedor	48
679 – Fiador judicial	49
680 – Fiador extrajudicial	50
681 – Responsável tributário.	51
682 – Revelia do devedor e curador especial.	53
§ 103 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução	
683 – Litisconsórcio	54

684 – Assistência	55
685 – Denúnciação da lide	55
686 – Chamamento ao processo	56
§ 104 – Execução por Iniciativa do Próprio Devedor	
687 – O direito à liberação	59
688 – Natureza do procedimento	59
689 – Cabimento da medida	60
690 – Procedimento	60

§ 105 – Processo Cumulativo	
691 – Cumulação de execuções	62

Capítulo XXVI – Elementos Subjetivos (II)

§ 106 – O Órgão Judicial	
692 – Juízo competente para a execução	65
693 – Execução de sentença	65
694 – Competência para execução civil de sentença penal	66
695 – Competência para execução de títulos extrajudiciais	67
696 – Competência para a execução fiscal	67
697 – Competência internacional	68
698 – Competência para deliberação sobre os atos executivos	68

Capítulo XXVII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 107 – Títulos Executivos Judiciais	
699 – Títulos executivos judiciais. Enumeração legal	71
700 – Sentença condenatória civil	72
701 – Sentenças de indenização de ato ilícito: pensionamento	73
702 – Sentença penal condenatória	75
703 – Sentença homologatória	76
703-a – Sentença arbitral	77
704 – Sentença estrangeira	77
705 – O formal e a certidão de partilha	78
§ 108 – Particularidade de Alguns Títulos Executivos Judiciais	
706 – Condenação a prestações alternativas	79
707 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	79
708 – Requisito de admissibilidade da execução de sentença condicional ou a termo	81

Capítulo XXVIII – Título Judicial Ilíquido

§ 109 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	
709 – Sentença ilíquida	83
710 – Execução de sentença ilíquida	83
711 – Casos de iliquidez da sentença	84
712 – Natureza jurídica da liquidação da sentença	84
713 – Limites da liquidação	85
714 – Contraditório	86
715 – Liqueidez parcial da sentença	86
716 – Liquidação por iniciativa do vencido	87
717 – Recursos	87
718 – Liquidação frustrada	88

§ 110 – Procedimento da Liquidação	
719 – Procedimentos	89
720 – Liquidação por cálculo	89
721 – Liquidação por arbitramento	91
722 – Liquidação por artigos.	92
722-a – A indisponibilidade do rito da liquidação	93
723 – Rescisão da sentença liquidatória.	94

Capítulo XXIX – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 111 – Objeto da Atividade Executiva	
724 – Bens exequíveis	99
§ 112 – Responsabilidade Patrimonial	
725 – Obrigação e responsabilidade.	100
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	101
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução.	102
728 – Responsabilidade executiva secundária	102
729 – Excussão de bens do sucessor singular.	103
730 – Excussão de bens do sócio	103
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	104
732 – Bens do devedor em poder de terceiros	105
733 – Excussão de bens do devedor casado: tutela da meação	105
734 – Bens alienados em fraude de execução.	106
735 – Casos de fraude de execução	107
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor.	108
736-a – A posição do terceiro adquirente em face da execução	111
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção	111
738 – Excussão de bens do fiador	112
739 – Bens de espólio	112

Capítulo XXX – Elementos Objetivos do Processo de Execução (III)

§ 113 – Execução de Títulos Extrajudiciais	
740 – Execução de sentença e ação executiva	113
741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	114
§ 114 – Títulos Executivos Extrajudiciais	
742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	115
743 – Títulos cambiários e cambiariformes.	115
744 – Duplicatas	116
745 – Responsáveis cambiários	116
746 – Documento público ou particular.	117
747 – Confissões de dívida.	118
747-a – Contrato de abertura de crédito	118
748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução.	120
748-a – Execução hipotecária	122
749 – Classificação das garantias	123
750 – Seguros	124
751 – Rendas imobiliárias	124
752 – Encargo de condomínio	125
753 – Custas judiciais	126
754 – Dívida ativa da Fazenda Pública	126

755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título	129
756 – Títulos executivos definidos em outras leis	130
757 – Títulos estrangeiros	130

Parte X – DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

Capítulo XXXI – Disposições Gerais

§ 115 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil	133
759 – Direito de preferência gerado pela penhora	133
760 – A documentação da petição inicial	135
761 – Outras providências a cargo do credor	136
762 – Obrigações alternativas	136
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto	136
764 – Medidas acautelatórias	137
765 – Dívida sujeita à contraprestação	137
766 – Petição inicial incompleta ou mal-instruída	137
767 – Execução e prescrição	138
768 – Nulidades no processo de execução	139
769 – Imperfeição do título executivo	139
770 – Falta de título executivo	140
771 – Nulidade da execução fiscal	140
772 – Vício da citação	141
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo	142
774 – A arguição das nulidades	142
775 – A arrematação de bem gravado com direito real	143
776 – Execução realizável por vários meios	144
776-a – Peculiaridades da citação executiva	144

Capítulo XXXII – Execução para Entrega de Coisa

§ 116 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Dar	
777 – Conceito	147
778 – Entrega de coisa certa	148
779 – Procedimento	148
779-a – Cominação de multa diária	149
780 – Efeito dos embargos	149
781 – Alienação da coisa devida	150
782 – Execução da obrigação substitutiva	150
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção	151
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	152
784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02)	152
784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa.	153
784-c – Embargos de retenção	153
785 – Execução para entrega de coisa incerta	154
785-a – Medidas de coerção e apoio.	154

Capítulo XXXIII – Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer

§ 117 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não Fazer	
786 – O problema da execução das prestações de fato.	157
787 – Fungibilidade das prestações	158

788 – “Astreinte”: a multa como meio de coação	158
789 – Distinções preliminares	159
790 – Princípios comuns	160
790-a – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.02.	160
791 – Execução das prestações fungíveis	161
792 – Realização da prestação fungível por terceiro	162
793 – Inadimplência do terceiro arrematante	162
794 – Realização da prestação pelo próprio credor	163
794-a – Autotutela prevista no Código Civil	163
795 – Execução das prestações infungíveis	164
796 – Execução das prestações de declaração de vontade	165
797 – Satisfação da contraprestação a cargo do exequente	166
798 – A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade	166
799 – Natureza jurídica da sentença	167
800 – Execução das obrigações de não fazer	168
800-a – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias	168

Capítulo XXXIV – Execução por Quantia Certa

§ 118 – Noções Gerais

801 – O objetivo da execução por quantia certa	173
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados	174
803 – Espécies	175

Capítulo XXXV – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

§ 119 – Fase de Proposição

804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente	177
805 – Proposição	178
806 – Arresto de bens do devedor não encontrado	179

Capítulo XXXVI – Fase de Instrução (I)

§ 120 – Penhora

807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa	181
808 – Natureza jurídica da penhora	182
809 – Função da penhora	183
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	185
811 – Inscrição da penhora que recai sobre imóvel	187
812 – Penhora de imóvel na sistemática da Lei nº 10.444, de 07.05.02.	187
812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução	190

§ 121 – Objeto da Penhora

813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis	192
814 – Bens absolutamente impenhoráveis	193
814-a – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	195
814-b – Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal	196
815 – Bens relativamente impenhoráveis	197
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil	197
817 – Limites da penhora	200
818 – Escolha dos bens a penhorar	200
819 – Gradação legal da nomeação de bens à penhora e outras exigências da lei a serem cumpridas pelo devedor	201
820 – Nomeação de bens pelo credor	202
821 – Bens fora da comarca	202

§ 122 – Realização e Formalização da Penhora	
822 – Penhora pelo oficial de justiça	204
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial	205
824 – Auto de penhora e depósito e penhora por termo do escrivão	205
825 – Intimação de penhora	206
§ 123 – Penhoras Especiais	
826 – Particularidades da penhora de certos bens	207
827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	207
828 – Penhora de direitos e ações	207
829 – Penhora sobre créditos do executado	208
830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	208
831 – Penhora no rosto dos autos	209
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	209
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos	210
834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público	210
835 – Penhora de navio ou aeronave	211
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens	211
§ 124 – Alterações e Resgate da Penhora	
837 – Modificações da penhora	212
838 – Remição da execução por quantia certa	213
§ 125 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados	
839 – Depósito dos bens penhorados	214
840 – Escolha do depositário	214
841 – Função do depositário	215
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados	215
843 – Depositário comum e depositário administrador	216
844 – Responsabilidade do depositário	216
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva	216
846 – Prisão civil do depositário judicial	217

Capítulo XXXVII – Fase de Instrução (II)

§ 126 – Expropriação	
847 – Conceito	219
§ 127 – Arrematação	
848 – Conceito e natureza jurídica da arrematação	220
849 – Avaliação	220
850 – Laudo de avaliação	221
851 – Reflexos da avaliação sobre a alienação forçada dos bens penhorados	222
852 – Espécies de arrematação	222
853 – Leilão e praça	223
854 – Editais e outras divulgações da arrematação	224
855 – Intimação do devedor	225
855-a – Outras intimações	225
856 – Adiamento da arrematação	226
857 – A hasta pública	226
858 – Legitimação para arrematar	227
859 – Forma de pagamento da arrematação	228
860 – Auto de arrematação	228
861 – Arrematação de imóveis	229
862 – Desfazimento ou retratação da arrematação	230
863 – Carta de arrematação	232

864 – Efeitos da arrematação	234
865 – Evição e arrematação.	234
866 – Vícios redibitórios	235
867 – Ação anulatória da arrematação	236
§ 128 – Remição	
868 – Remição de bens.	237
869 – Remição de bens e remição da execução.	237
870 – Mecanismo da remição de bens.	238
871 – Bens passíveis de remição	238
872 – Legitimação	238
873 – Oportunidade	239
874 – Preço	240
875 – Sentença de remição.	240
876 – Carta de remição.	240

Capítulo XXXVIII – Fase de Satisfação

§ 129 – Pagamento ao Credor	
877 – Satisfação do direito do credor	241
§ 130 – Pagamento por Entrega do Dinheiro	
878 – Entrega do dinheiro	242
879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução	242
880 – Procedimento do concurso particular	243
§ 131 – Pagamento por Adjudicação de Bens	
881 – Adjudicação	245
882 – Pressuposto da adjudicação	246
883 – Multiplicidade de pretendentes à adjudicação.	246
884 – Depósito do preço da adjudicação	247
885 – Sentença e carta de adjudicação	247
§ 132 – Pagamento por Usufruto Forçado	
886 – Usufruto de imóvel ou empresa	249
887 – Usufruto forçado de empresa	251

Capítulo XXXIX – Execução contra a Fazenda Pública

§ 133 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público	
888 – Execução forçada contra a Fazenda Pública	255
888-a – Execução provisória contra a Fazenda Pública	258
889 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários	258
889-a – Procedimento para obtenção do precatório complementar	260
890 – Execução de obrigação de dar	260

Capítulo XL – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 134 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia	261
892 – Averbação em folha de pagamento.	261
893 – Prisão civil do devedor	262
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos	263
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733)	264

Parte XI – OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO FORÇADA

Capítulo XLI – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 135 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução	267
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução	268
898 – Classificação dos embargos do devedor	268
899 – Legitimação	269
900 – Autonomia dos embargos de cada co-executado	270
901 – Competência	271
902 – Generalidades sobre o processamento dos embargos	272
903 – Segurança do juízo como condição da ação de embargos do devedor	272
904 – Prazo para propositura dos embargos do devedor	273
905 – Rejeição liminar dos embargos	275
906 – Procedimento	275
907 – Revelia nos embargos	276
908 – Efeito suspensivo dos embargos	276
909 – Embargos à execução de sentença	277
910 – Embargos de retenção por benfeitorias	281
911 – Embargos à execução fundada em título extrajudicial	282
912 – Autonomia da ação de embargos do devedor	283
913 – Embargos à arrematação e à adjudicação	283
913-a – Exceção de preexecutividade	284
§ 136 – Embargos de Terceiro	
914 – Conceito	287
915 – Legitimação ativa	287
916 – Legitimação passiva	288
917 – Valor da causa	288
918 – Competência	289
919 – Oportunidade	289
920 – Julgamento e recurso	289
921 – Procedimento	290
922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	290
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro	291

Parte XII – INSOLVÊNCIA CIVIL

Capítulo XLII – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 137 – Execução Concursal	
924 – Execução coletiva e execução singular	295
925 – Pressupostos da execução coletiva	296
926 – Efeitos da declaração de insolvência	298
927 – Característica da execução coletiva	299
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	300
§ 138 – Primeira Fase do Processo de Insolvência	
929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	301
930 – Caracterização da insolvência	302
§ 139 – Espécies de Procedimentos Concurrais e Iniciativa do Processo	
931 – Legitimação	304
932 – Insolvência requerida pelo credor	305
933 – Caráter facultativo da ação concursal	306
934 – Insolvência de cônjuges	306
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor	307

§ 140 – Procedimentos da Execução Coletiva	
936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor	308
937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	309
§ 141 – Competência para a Execução Concursal	
938 – Competência	313
§ 142 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência	314
§ 143 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa	316
941 – Atribuições do administrador	317
§ 144 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos	319
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo	320
944 – Quadro geral de credores	321
§ 145 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores	323
946 – Encerramento e suspensão do processo	324
947 – Saldo devedor	325
948 – Extinção das obrigações.	325
§ 146 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil	328
950 – Pensão para o devedor.	328
951 – Insolvência de pessoas jurídicas	329
951-a – Editais	329

Parte XIII – CRISES DA EXECUÇÃO E SISTEMA RECURSAL

Capítulo XLIII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 147 – Vicissitudes do Processo Executivo	
952 – Suspensão da execução	335
953 – Casos de suspensão	336
954 – Suspensão provocada por embargos	336
955 – Suspensão prevista no art. 265, n ^{os} I a III	336
955-a – Suspensão por transação	337
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	337
957 – Efeitos da suspensão.	338
958 – Extinção da execução	338
959 – Extinção por satisfação do direito do credor.	338
960 – Extinção por remissão da dívida	339
961 – Extinção por renúncia	339
962 – Outros casos de extinção da execução	339
963 – Sentença de extinção	340
964 – Coisa julgada.	340
§ 148 – Recursos no Processo de Execução	
965 – O problema recursal na execução.	342
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	342
967 – Casos de cabimento da apelação	343
968 – Casos de agravo de instrumento	343

969 – Efeitos dos recursos	344
970 – Causas de alçada	345

Parte XIV – PROCESSO CAUTELAR

Capítulo XLIV – Noções Gerais

§ 149 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo	
971 – Processo e tempo	349
972 – Processo principal e processo cautelar	350
973 – A ação cautelar.	351
974 – Medidas cautelares	351
975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade	352
976 – Provisoriedade	353
977 – Revogabilidade	354
978 – Autonomia	354
979 – Classificação das medidas cautelares	355
980 – Classificação do direito positivo	356
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil	357
982 – Medidas cautelares contenciosas e não contenciosas	358
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória	358
§ 150 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar	
983 – Requisitos da tutela cautelar	360
984 – O “fumus boni iuris”	360
985 – “Periculum in mora”.	361
986 – Oportunidade da providência cautelar	362
987 – Tutela cautelar “ex officio”.	363
988 – Caráter incidental da medida cautelar “ex officio”	364
§ 151 – Poder Geral de Cautela	
989 – Medidas típicas e medidas atípicas.	365
990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica	366
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	366
992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas	367
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica	367
994 – Opção entre medida típica e medida atípica	368
995 – Aplicação prática de medidas atípicas	369
996 – Limites do poder geral de cautela	369

Capítulo XLV – Relação Processual Cautelar

§ 152 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar	
997 – Legitimidade	373
998 – Competência	374
999 – Competência e prevenção do juízo	374
1.000 – Competência cautelar em grau recursal	375
1.000-a – Intervenção de terceiros	376
§ 153 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar	
1.001 – Objetos da tutela cautelar	378
1.002 – Provas	378
1.003 – Instrução do processo cautelar	379

1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar	380
---	-----

Capítulo XLVI – Procedimento

§ 154 – O Procedimento da Ação Cautelar

1.005 – O procedimento da ação cautelar	381
1.006 – Procedimentos cautelares	382
1.007 – Autuação própria	382
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares.	383
1.009 – Estabelecimento da relação jurídica processual	384

§ 155 – Petição Inicial da Ação Cautelar

1.010 – Petição inicial	385
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária	386
1.012 – Lide e seu fundamento	386
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão	387
1.014 – Provas a produzir	388
1.015 – O pedido	388
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido	389

§ 156 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento

1.017 – A defesa do requerido	390
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção.	390
1.019 – Revelia	391
1.020 – Audiência de instrução e julgamento.	391

§ 157 – Medida Liminar e Contracautela

1.021 – Medida cautelar “inaudita altera parte”	393
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar.	394
1.023 – Contracautela	395

Capítulo XLVII – Sentença e Execução em Processo Cautelar

§ 158 – Sentença Cautelar

1.024 – Julgamento da pretensão cautelar.	397
1.025 – Coisa julgada.	397
1.026 – Limites da sentença	398
1.027 – Fundamentação	398
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios	398

§ 159 – Execução das Medidas Cautelares

1.029 – Execução em matéria cautelar	401
1.030 – Figura unitária do processo cautelar	401
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução	402
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar	402

Capítulo XLVIII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

§ 160 – Fungibilidade

1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares	405
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar	405
1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva	406
1.036 – Procedimento	406

§ 161 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo

1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar	408
---	-----

1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal	408
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal	409
1.040 – Conclusão	409
1.041 – Suspensão do processo	410
§ 162 – Extinção da Medida Cautelar	
1.042 – Formas de extinção da medida cautelar	411
1.043 – Processamento da extinção	411
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia	412
§ 163 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar	
1.045 – Modificabilidade e revogabilidade	413
1.046 – Procedimento	414
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar.	414

Capítulo XLIX – Recursos no Processo Cautelar

§ 164 – Remédios Recursais	
1.048 – Apelação	415
1.049 – Agravo de instrumento	415
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial	416

Capítulo L – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar

§ 165 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar	
1.051 – Responsabilidade civil do promovente.	417
1.052 – Liquidação e execução da indenização.	418

Parte XV – MEDIDAS CAUTELARES TÍPICAS OU NOMINADAS

Capítulo LI – Procedimentos Cautelares Específicos

§ 166 – Arresto	
1.053 – Conceito	421
1.054 – Arresto e seqüestro	422
1.055 – Pressupostos para concessão do arresto	422
1.056 – Prova de dívida líquida e certa	422
1.057 – Fundado receio de dano	423
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto.	424
1.059 – Prova documental	424
1.060 – Justificação prévia.	424
1.061 – Caução	424
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente	425
1.063 – Bens arrestáveis	426
1.064 – Legitimação para a ação de arresto	426
1.065 – Competência	427
1.066 – Procedimento	427
1.067 – Execução do arresto	428
1.068 – Depositário.	428
1.069 – Suspensão da execução do arresto	429
1.070 – Efeitos do arresto	429
1.071 – Extinção do arresto	430
§ 167 – Seqüestro	
1.072 – Conceito	432

1.073 – Ação de seqüestro	432
1.074 – Procedimento	433
1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro.	433
1.076 – Cabimento do seqüestro.	433
1.077 – Objeto do seqüestro	434
1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro	434
1.079 – Casuísmo legal.	435
1.080 – Receio de rixas e danificações	435
1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando	437
1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais	437
1.083 – Outras previsões legais de seqüestro	437
1.084 – Execução e efeitos do seqüestro	438
§ 168 – Caução	
1.085 – Conceito	440
1.086 – Classificação	440
1.087 – Cauções legais	441
1.088 – Cauções negociais	441
1.089 – Caução processual.	441
1.090 – A ação de caução	441
1.091 – Objeto da caução	442
1.092 – Legitimação e competência	443
1.093 – Procedimento	443
1.094 – Cauções tipicamente cautelares	444
1.095 – Execução da sentença	444
1.096 – Caução às custas	445
1.097 – Reforço da caução	445
§ 169 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito	448
1.099 – Classificação	448
1.100 – Pressupostos	449
1.101 – Objeto	449
1.102 – Competência	449
1.103 – Procedimento	450
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais	451
§ 170 – Exibição	
1.105 – Conceito	453
1.106 – Ação de exibição	453
1.107 – Classificação	454
1.108 – Exibição incidental	455
1.109 – Ação cautelar exibirória	455
1.110 – Exibição de coisas móveis	456
1.111 – Exibição de documentos	456
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial	456
1.113 – Procedimento da ação exibirória contra parte	457
1.114 – Procedimento da ação exibirória contra terceiro.	460
1.115 – Eficácia da exibição	461
1.116 – Prevenção de competência	461
1.117 – Ação exibirória e medida liminar.	461
§ 171 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova	464

1.119 – Ação cautelar antecipatória	464
1.120 – Cabimento	465
1.121 – Oportunidade	466
1.122 – Objeto da antecipação de prova	467
1.123 – Competência	467
1.124 – Procedimento	467
1.125 – Sentença	468
1.126 – Valoração da prova antecipada	468
1.127 – Eficácia	468
1.128 – Medida “inaudita altera parte”	469
1.129 – Despesas processuais	469
1.130 – Destino dos autos	469
§ 172 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos	471
1.132 – Alimentos provisionais	471
1.133 – Cabimento e oportunidade	472
1.134 – Legitimação	473
1.135 – Competência	473
1.136 – Procedimento	474
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais	475
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais	475
1.139 – Outras ações de cunho alimentar	476
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos	476
1.141 – Execução	477
§ 173 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito	479
1.143 – Pressupostos	479
1.144 – Objetivo da medida	480
1.145 – Legitimação	480
1.146 – Procedimento	481
1.147 – O contraditório	482
1.148 – Sentença	482
1.149 – Eficácia	482
§ 174 – Justificação	
1.150 – Conceito	484
1.151 – Natureza jurídica	484
1.152 – Objetivo	485
1.153 – Competência	485
1.154 – Procedimento	485
1.155 – Julgamento da justificação	486
§ 175 – Protestos, Notificações e Interpeleções	
1.156 – Conceito	488
1.157 – Protesto	488
1.158 – Notificação	489
1.159 – Interpeleção	489
1.160 – Indeferimento do pedido	489
1.161 – Contraprotesto	491
1.162 – Procedimento	491
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos	492
§ 176 – Homologação do Penhor Legal	

1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação	494
1.165 – Natureza jurídica da medida processual	495
1.166 – Procedimento	495
1.167 – Sentença	496
1.168 – Execução	496
§ 177 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito	499
1.170 – Natureza da ação	499
1.171 – Legitimação	500
1.172 – Procedimento	500
1.173 – Sentença	501
1.174 – Efeitos	502
§ 178 – Atentado	
1.175 – Conceito	504
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil	504
1.177 – Cabimento	505
1.178 – Pressupostos do atentado	505
1.179 – Exame do casuismo legal	506
1.180 – Legitimidade	507
1.181 – Competência	507
1.182 – Procedimento	508
1.183 – Sentença	508
1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo	509
1.185 – Perdas e danos	510
§ 179 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.186 – Protesto cambiário	512
1.187 – Procedimento	513
1.188 – Registro do protesto	513
1.189 – Dúvidas do Oficial	514
1.190 – Apreensão do título e prisão do devedor	514
§ 180 – Outras Medidas Provisionais	
1.191 – As medidas provisionais do art. 888 do CPC	518
1.192 – Procedimento	518

Apêndice – ESTUDOS DO AUTOR SOBRE TEMAS DE PROCESSO DE EXECUÇÃO E PROCESSO CAUTELAR

I – Execução forçada. Obrigações de contratar. Compromisso de compra e venda. Adjudicação compulsória

1 – Execução específica das obrigações	523
2 – Compromisso de contratar	525
3 – O verdadeiro alcance da execução forçada das obrigações de contratar	527
4 – A tentativa jurisprudencial de contornar a restrição à adjudicação compulsória criada pelo STF	529
5 – Harmonia final entre a lei, a doutrina e a jurisprudência	532
6 – Conclusão	534

II – Tutela de urgência

1 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material	537
--	-----

2 – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro	538
3 – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	539
4 – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro	541
5 – A visão unitária da tutela de urgência	543
6 – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.02	545
7 – Conclusão	547

III – Poder geral de cautela

1 – Processo e tempo	549
2 – Processo principal e processo cautelar	550
3 – Pressupostos das medidas cautelares	551
4 – Conceito de medida cautelar	551
5 – Medidas típicas e medidas atípicas	552
6 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica	553
7 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	554
8 – O perigo de dano	554
9 – Formas e conteúdos das medidas atípicas	555
10 – Limitações do poder cautelar	556
11 – O procedimento da ação cautelar atípica	560
12 – Conclusão	560

IV – Tutela antecipada

1 – Intróito	563
2 – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela	565
3 – Justificação da tutela antecipada	566
4 – Conceito de tutela antecipada	567
5 – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais	569
6 – Casos de antecipação de tutela	570
7 – Extensão	571
8 – Pressupostos	572
9 – Outros pressupostos	573
10 – Momento ou oportunidade	573
11 – Provisoriedade	574
12 – Reversibilidade	575
13 – Pessoas jurídicas de direito público	576
14 – Tutela cautelar e tutela antecipada	576
15 – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada	578
16 – Conclusão	578

V – Antecipação de tutela em ações declaratórias e constitutivas

1 – Noção de antecipação de tutela	581
2 – Requisitos da tutela antecipada	582
3 – Natureza das providências antecipatórias	582
4 – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito	584

5 – Cumulação de pedidos declaratórios e constitutivos com pedido condenatório	590
6 – Conclusão	591
 VI – Execuções das medidas cautelares e antecipatórias	
1 – Jurisdição e execução.	593
2 – Processo de conhecimento e processo de execução	594
3 – Medidas cautelares	595
4 – Execução das medidas cautelares	596
5 – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar.	597
6 – Tutela antecipatória.	600
7 – Execução das medidas de antecipação de tutela	601
 VII – Tutela de emergência – antecipação de tutela e medidas cautelares	
1 – Intróito.	603
2 – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela	605
3 – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela	608
4 – Conclusão	610
 VIII – Responsabilidade civil objetiva derivada de execução de medida cautelar ou medida de antecipação de tutela	
1 – Fontes da responsabilidade civil.	611
2 – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil.	613
3 – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias	616
4 – Dos danos indenizáveis e sua execução	619
5 – Conclusão	621
<i>Bibliografia</i>	623
<i>Índice Onomástico</i>	631
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	635
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	665

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário	V
Apresentação da 36ª edição	VII
Apresentação da 35ª edição	IX
Apresentação	XI

Procedimentos Especiais

Parte XVI – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

Capítulo LVII – Procedimentos Especiais

§ 198 – Generalidades

1.193 – Conceito	4
1.194 – Razão de ser dos procedimentos especiais	5
1.195 – Técnicas de especialização procedimental	6
1.196 – Complementação das regras procedimentais	7
1.197 – Pressupostos dos procedimentos especiais	7
1.198 – Erro na adoção do procedimento	8

Capítulo LVIII – Ação de Consignação em Pagamento

§ 199 – Os Fundamentos do Depósito em Consignação

1.199 – O direito de pagar	12
1.200 – A liberação natural e a liberação forçada do devedor	12
1.201 – A ação de consignação em pagamento	13
1.202 – Histórico da consignação em pagamento	13

§ 200 – O Procedimento da Consignação em Pagamento

1.203 – Natureza do instituto da consignação	17
1.204 – Natureza processual da ação de consignação	17
1.205 – Prestações passíveis de consignação	18
1.206 – Cabimento da consignação	18
1.207 – Liquidez da prestação devida	20
1.208 – Consignação principal e incidental	23
1.209 – Legitimação <i>ad causam</i>	24
1.210 – Competência	26
1.211 – Consignação no local em que se acha a coisa devida	27
1.212 – Oportunidade da consignatória	28
1.213 – Objeto da consignação	30
1.214 – Obrigação de prestações periódicas	31
1.215 – Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas	31
1.216 – Quebra da seqüência de depósitos periódicos	32
1.217 – O procedimento especial da consignatória	33
1.218 – Obrigações alternativas	34
1.219 – Valor da causa	35
1.220 – Resposta do demandado	35
1.221 – Comparecimento do credor para receber	35
1.222 – Não-comparecimento e revelia do demandado	37

1.223 – Levantamento do depósito pelo devedor	38
1.224 – Contestação	38
1.225 – Matéria de defesa	39
1.226 – Complementação do depósito insuficiente	40
1.227 – Sentença	41
1.228 – Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito	42
1.229 – Particularidades da consignação por dúvida	42
1.230 – A posição dos possíveis credores	43
1.231 – Resgate da enfitêuse	45
1.231-a. – A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios	46
1.231-b. – A consignação de obrigação em dinheiro	48
1.231-c. – Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada	49

Capítulo LIX – Ação de Depósito

§ 201 – O Depósito e sua Tutela Judicial	
1.232 – Conceito e espécies de depósito	54
1.233 – Ação de depósito	55
1.234 – Histórico	55
1.235 – Natureza da ação	56
1.236 – Objeto da pretensão	57
§ 202 – O Procedimento da Ação de Depósito	
1.237 – Pressupostos da ação	60
1.238 – Legitimação	60
1.239 – Competência	61
1.240 – Especialidade do procedimento	62
1.241 – Caráter expedito do procedimento	62
1.242 – Prisão civil	63
1.243 – Resposta do demandado	64
1.244 – Entrega da coisa	65
1.245 – Consignação do equivalente econômico	65
1.246 – Consignação da própria coisa	66
1.247 – Contestação	67
1.248 – Sentença e execução	67
1.249 – Outras providências executivas	68
1.250 – Depositário judicial	69
1.251 – Penhor mercantil, industrial e rural	71
1.252 – Alienação fiduciária em garantia	72

Capítulo LX – Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador

§ 203 – Títulos ao Portador	
1.253 – Tutela processual do título ao portador	76
1.254 – Títulos ao portador tuteláveis	76
§ 204 – Procedimentos Destinados à Tutela dos Títulos ao Portador	
1.255 – Procedimentos especiais referentes aos títulos ao portador	79
1.256 – Ação de reivindicação	79
1.257 – Ação de anulação e substituição	80
1.258 – Legitimação	81
1.259 – Competência	81
1.260 – Especialidade do procedimento (petição inicial e citações)	81
1.261 – Justificação liminar	82

1.262 – Contestação	83
1.263 – Posição processual do devedor	84
1.264 – Sentença	84
1.265 – Ordem de substituição do título	86
1.266 – Destruição do título	86

Capítulo LXI – Ação de Prestação de Contas

§ 205 – Generalidades	
1.267 – Conceito	92
1.268 – Ação de dar e ação de exigir contas	92
1.269 – Natureza jurídica	93
1.270 – Cabimento	93
1.271 – Legitimação e interesse	96
1.272 – Prestação de contas dos administradores judiciais	97
1.273 – Sociedade e prestação de contas	98
1.274 – Ações matrimoniais e prestação de contas	99
1.275 – Prestação de contas entre condôminos	100
1.276 – Organização das contas	100
1.277 – Prova das contas	101

§ 206 – Ação de Exigir Contas

1.278 – Ação de exigir contas	103
1.279 – Procedimento da primeira fase	103
1.280 – Reconvenção	104
1.281 – Sentença da primeira fase	104
1.282 – Procedimento da segunda fase	105
1.283 – Contas elaboradas pelo autor	106
1.284 – Sucumbência	107

§ 207 – Ação de Dar Contas

1.285 – Caráter unitário do procedimento	110
1.286 – Procedimento	110
1.287 – Sucumbência	112

§ 208 – Execução Forçada no Procedimento da Prestação de Contas

1.288 – Sentença e execução	114
-----------------------------------	-----

Capítulo LXII – Ações Possessórias

§ 209 – Generalidades

1.289 – A posse e seus efeitos	118
1.290 – A razão da tutela possessória	119
1.291 – O instituto da posse e a paz social	120
1.292 – O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório)	122
1.293 – Natureza jurídica da posse	123
1.294 – Requisitos da tutela possessória	126

§ 210 – Os Interditos Possessórios de Manutenção, Reintegração e Proibição

1.295 – Origem dos interditos possessórios	130
1.296 – As ações possessórias	130
1.297 – Competência	131
1.298 – Legitimação ativa	131
1.299 – Legitimação passiva	132

1.299-a – Petição inicial	132
1.300 – Procedimento: as ações de força nova e força velha	133
1.301 – Medida liminar	134
1.302 – A decisão sobre a liminar	135
1.303 – Posse de coisas e posse de direitos	136
1.304 – O petitório e o possessório	137
1.305 – A exceção de propriedade no juízo possessório	140
1.306 – Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro	142
1.307 – Natureza dúplice das ações possessórias	143
1.308 – Natureza real das ações possessórias	144
1.309 – Natureza executiva do procedimento interdital	145
1.310 – Cumulação de pedidos	147
1.311 – Interdito proibitório	148

§ 211 – Alguns Incidentes Registráveis nos Interditos

1.312 – Embargos de terceiro	151
1.313 – Medida liminar e mandado de segurança	152
1.314 – Embargos de retenção	153
1.315 – Nomeação à autoria e denunciação da lide	153

Capítulo LXIII – Ação de Nunciação de Obra Nova

§ 212 – Generalidades

1.316 – O direito de vizinhança e o direito de construir	158
1.317 – Nunciação de obra nova	159
1.318 – Conceito de obra nova	161

§ 213 – Procedimento da Nunciação de Obra Nova

1.319 – Competência	163
1.320 – Legitimação ativa	163
1.321 – Legitimação passiva	165
1.322 – Participação do cônjuge	165
1.323 – Embargo extrajudicial	165
1.324 – Cumulação de pedidos	166
1.325 – Embargo liminar	167
1.326 – Prosseguimento da obra	168
1.327 – Especialização do rito da nunciação de obra nova	169
1.328 – Sentença e execução	169

Capítulo LXIV – Ação de Usucapião de Terras Particulares

§ 214 – Noções Gerais sobre a Prescrição Aquisitiva

1.329 – Noção de usucapião	172
1.330 – Espécies de usucapião imobiliário no direito brasileiro	172
1.331 – Requisitos gerais do usucapião	172
1.332 – Requisitos do usucapião ordinário	178
1.333 – Requisitos do usucapião extraordinário	180
1.334 – Requisitos do usucapião especial	181

§ 215 – Condições de Procedibilidade

1.335 – Legitimação ativa	184
1.336 – Legitimação passiva	185

1.337 – Competência	187
1.338 – Conexão e litispendência	188
§ 216 – Procedimento	
1.339 – Procedimento	191
1.340 – Petição inicial	191
1.341 – Citação	192
1.342 – Justificação preliminar	193
1.343 – Contestação	194
1.344 – Revelia	195
1.345 – Pendência de possessória	195
1.346 – Ministério Público	196
1.347 – Instrução e julgamento	196
1.348 – Sentença	197
1.349 – Coisa julgada	197
1.350 – Registro de imóveis	198
1.351 – Usucapião como matéria de defesa	199

Capítulo LXV – Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares

§ 217 – Disciplina Geral do Procedimento Divisório e Demarcatório (Juízo Divisório)	
1.352 – Intróito	204
1.353 – Noções gerais	204
1.354 – As ações divisórias	205
1.355 – Objetivo do procedimento demarcatório e divisório	205
1.356 – Caráter unitário do procedimento	205
1.357 – Procedimento	206
1.358 – Citação única	207
1.359 – Natureza da ação	208
1.360 – Competência	208
1.361 – Competência em caso de cumulação de divisão e demarcação	209
1.362 – Competência em caso de ações propostas separadamente	210
§ 218 – Ação de Demarcação	
1.363 – Legitimação ativa para o procedimento demarcatório	212
1.364 – Legitimação passiva para a demarcação	213
1.365 – Cumulação de demarcatória e reivindicatória	214
1.366 – Demarcatória cumulada com queixa de esbulho	215
1.367 – Roteiro geral do procedimento demarcatório	216
§ 219 – Ação de Divisão	
1.368 – Legitimação ativa para o procedimento divisório	219
1.369 – Legitimação passiva para a divisão	220
1.370 – Litisconsórcio passivo necessário	222
1.371 – Posição dos confrontantes na divisão	222
1.372 – Roteiro geral do procedimento divisório	223
§ 220 – Questões Comuns à Divisão e Demarcação	
1.373 – Divisão e demarcação de posse	226
1.374 – Questões possessórias	226
1.375 – Coisa julgada	227
1.376 – Rescisão do julgado divisório	228
1.377 – Exceção de prescrição	229
1.378 – Divisão e demarcação sumaríssimas (jurisdição voluntária)	230
1.379 – Formalidades importantes no juízo divisório	231
1.380 – Inépcia da petição inicial	232
1.381 – Execução de sentença	233

Capítulo LXVI – Inventário e Partilha

§ 221 – Disposições Gerais

1.382 – Intróito	240
1.383 – Caráter contencioso do inventário	240
1.384 – Inventário negativo	241
1.385 – Competência	241
1.386 – Universalidade do foro sucessório	242
1.387 – Questões solucionáveis no juízo sucessório	243
1.388 – Administração da herança	243
1.389 – O inventariante	244
1.390 – Encargos do inventariante	246
1.391 – Remoção do inventariante	247
1.392 – Legitimação para promover o inventário	249

§ 222 – Inventário

1.393 – Procedimento	252
1.394 – Petição inicial	252
1.395 – Primeiras declarações	252
1.396 – Citações e interveniências	253
1.397 – Impugnação dos citados	254
1.398 – Herdeiro omitido nas declarações do inventariante	255
1.399 – Avaliação	256
1.400 – Últimas declarações	257
1.401 – Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	257
1.402 – Colações	258
1.403 – Sonogados	259
1.404 – Pagamento de dívidas do morto	260

§ 223 – Partilha

1.405 – Espécies de partilha	263
1.406 – Partilha judicial. Deliberação	263
1.407 – Esboço e lançamento da partilha	265
1.408 – A sentença da partilha	266
1.409 – O formal de partilha	266
1.410 – Emenda ou retificação da partilha	267
1.411 – Pacto de não partilhar	268

§ 224 – Invalidação da Partilha

1.412 – Ação de anulação e ação rescisória de partilha	272
1.413 – Conceituação de partilha judicial	272
1.414 – Conceituação de partilha amigável	274
1.415 – Casuísmo da rescisória de partilha	275
1.416 – Ação de nulidade de partilha	276
1.416-a – Ação de petição de herança	277

§ 225 – Arrolamento

1.417 – Simplificação do inventário	280
1.418 – Arrolamento sumário do art. 1.031	280
1.419 – Arrolamento comum do art. 1.036	282
1.419-a – Lei nº 6.858, de 24.11.80	283

§ 226 – Disposições Comuns

1.420 – Medidas cautelares	285
----------------------------------	-----

1.421 – Sobrepartilha	286
1.422 – Curatela especial ao herdeiro	286
1.423 – Inventários cumulados	287
1.424 – Honorários de advogado	287
1.425 – Extinção do processo por paralisação da causa	288
1.426 – Assistência judiciária	288
1.427 – Terceiros prejudicados	289

Capítulo LXVII – Embargos de Terceiro

§ 227 – Generalidades	
1.428 – Conceito	298
1.429 – Natureza jurídica	299
1.430 – Requisitos	299
1.431 – Ato judicial atacável	301
1.432 – Penhora de bem alienado em fraude contra credores	302
1.433 – Casos especiais	303
1.434 – Embargos a atos do juízo divisório	303
1.435 – Embargos do credor com garantia real	304
§ 228 – Procedimento	
1.436 – Legitimação ativa	307
1.437 – Legitimação passiva	310
1.438 – Oportunidade	310
1.439 – Competência	311
1.440 – Procedimento	312
1.441 – Sentença	313

Capítulo LXVIII – Habilitação

§ 229 – Procedimento da Substituição da Parte Falecida	
1.442 – Conceito	318
1.443 – Legitimidade para requerer a habilitação	318
1.444 – Competência	319
1.445 – Procedimento	319
1.446 – Ação de habilitação	319
1.447 – Habilitação do adquirente e do cessionário	320
1.448 – Efeito do deferimento da habilitação	320
1.449 – Habilitação direta nos autos do processo principal	320

Capítulo LXIX – Restauração de Autos

§ 230 – Procedimento para Recuperar Autos Desaparecidos	
1.450 – Conceito	326
1.451 – Objetivo do procedimento	326
1.452 – Legitimidade	327
1.453 – Competência	327
1.454 – Procedimento	327
1.455 – Julgamento da restauração	328
1.456 – Autos extraviados no tribunal	328
1.457 – Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	328

Capítulo LXX – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio

§ 231 – Procedimentos Relativos ao Pacto de Reserva de Domínio	
1.458 – Conceito	332

1.459 – Procedimento da execução do preço	332
1.460 – Procedimento da recuperação da própria coisa	332

Capítulo LXXI – O Juízo Arbitral

§ 232 – Procedimento da Arbitragem	
1.461 – O juízo arbitral no direito brasileiro	338
1.462 – Disposições gerais	339
1.463 – Convenção de arbitragem	339
1.464 – Cláusula compromissória	340
1.465 – Requisitos da cláusula compromissória	340
1.466 – Execução da cláusula compromissória	341
1.466-a – Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”	342
1.466-b – Direito intertemporal	343
1.467 – Autonomia da cláusula compromissória	345
1.468 – Compromisso arbitral	345
1.469 – Extinção do compromisso arbitral	346
1.470 – Os árbitros	346
1.471 – O procedimento	347
1.472 – Medidas cautelares	348
1.472-a – Sentença arbitral	349
1.472-b – Requisitos da sentença arbitral	349
1.472-c – Recursos	350
1.472-d – Nulidade da sentença arbitral	350
1.472-e – Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	351
1.472-f – Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro	353

Capítulo LXXII – Ação Monitória

§ 233 – Noção Geral do Procedimento Monitório	
1.473 – Intróito	356
1.474 – Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	356
1.475 – Em que consiste o procedimento monitorio	357
§ 234 – A Ação Monitória no Código de Processo Civil Brasileiro	
1.476 – Condições de admissibilidade da ação monitoria	361
1.477 – O procedimento monitorio brasileiro	361
1.478 – Objeto	363
1.479 – Legitimidade ativa	363
1.480 – Legitimidade passiva	364
1.481 – Prova	365
1.482 – Procedimento	368
1.483 – Embargos à ação monitoria	370
1.484 – Coisa julgada	371

Parte XVII – Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária

Capítulo LXXIII – Jurisdição Voluntária

§ 235 – Generalidades	
1.485 – Intróito	376
1.486 – Iniciativa do procedimento e participação dos interessados	377
1.486-a – Litigiosidade incidental	378
1.487 – A função do juiz	378
1.488 – Procedimentos	379

Capítulo LXXIV – Alienações Judiciais

§ 236 – Procedimento das Alienações Judiciais

1.489 – Alienações judiciais	382
1.490 – Alienações cautelares	382
1.491 – Iniciativa da medida	382
1.492 – Casos de alienação judicial expressos em lei	383
1.493 – Leilão	383
1.494 – Avaliação prévia	384
1.495 – Publicidade	384
1.496 – Arrematação	385
1.497 – Destino do produto da alienação	385
1.498 – Custódia do produto	385
1.499 – Outros bens alienáveis judicialmente	386
1.500 – Bens indivisíveis em inventário e partilha	386
1.501 – Bens de órfãos	387
1.502 – Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio	387
1.503 – Alienação irregular do bem comum indivisível	389
1.504 – Procedimento especial da adjudicação	389

Capítulo LXXV – Separação Consensual

§ 237 – Procedimento da Separação Consensual

1.505 – Noções introdutórias	394
1.506 – Natureza jurídica	394
1.507 – Requisitos	394
1.508 – Legitimação	395
1.509 – Competência	395
1.510 – Petição inicial	395
1.511 – Procedimento	397
1.512 – Sentença de homologação	398
1.513 – Reconciliação do casal	398
1.514 – Revisão e rescisão do acordo de separação	398

Capítulo LXXVI – Testamentos e Codicilos

§ 238 – Procedimento da Apresentação dos Testamentos em Juízo

1.515 – Objetivo do procedimento	402
1.516 – Competência	403
1.517 – Procedimento	403
1.518 – Sentença	403
1.519 – Efeitos	403
1.520 – Busca e apreensão	404
1.521 – Testamento público	404
1.522 – Testamento particular	404
1.523 – Procedimento	405
1.524 – Testamentos marítimo e militar e codicilo	407
1.525 – Testamenteiro	407

Capítulo LXXVII – Herança Jacente

§ 239 – Procedimento da Arrecadação de Herança Jacente

1.526 – Conceito moderno de jacência da herança	412
1.527 – Competência	412

1.528 – Legitimação	412
1.529 – Procedimento	413
1.530 – A administração da herança jacente	414
1.531 – Habilitação	414
1.532 – Declaração de vacância	414

Capítulo LXXVIII – Bens de Ausente

§ 240 – Procedimento da Arrecadação de Bens de Ausente	
1.533 – Ausência	418
1.534 – Pressupostos	418
1.535 – Competência	418
1.536 – Fases do procedimento	418
1.537 – Procedimento da primeira fase	418
1.538 – Procedimento da sucessão provisória	419
1.539 – Conversão da sucessão provisória em definitiva	420

Capítulo LXXIX – Coisas Vagas

§ 241 – Procedimento da Arrecadação das Coisas Vagas	
1.540 – Conceito	424
1.541 – Legitimação	424
1.542 – Competência	424
1.543 – Cabimento	424
1.544 – Procedimento	425

Capítulo LXXX – Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos

§ 242 – Procedimento da Interdição e da Tutela	
1.545 – Natureza jurídica da interdição	428
1.546 – Legitimado passivo	428
1.547 – Competência	428
1.548 – Legitimidade para promover a interdição	428
1.549 – Petição inicial	429
1.550 – Procedimento	429
1.551 – Sentença	430
1.552 – Eficácia da sentença sobre atos do interditando	431
1.553 – Rescisória	431
1.554 – Levantamento da interdição	432
1.555 – Investidura dos curadores	432
1.556 – Remoção de curador	432
1.557 – Disposições comuns à nomeação de tutor e curador	433

Capítulo LXXXI – Organização e Fiscalização das Fundações

§ 243 – Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações	
1.558 – Conceito de fundação	438
1.559 – Procedimento da instituição da fundação	438
1.560 – Estatutos confiados à elaboração de terceiro	439
1.561 – Alteração do estatuto	439
1.562 – Extinção da fundação	439

Capítulo LXXXII – Especialização da Hipoteca Legal

§ 244 – Procedimento da Especialização da Hipoteca Legal	
1.563 – Conceito de hipoteca legal	444

1.564 – Competência	444
1.565 – Legitimação	444
1.566 – Procedimento	445
1.567 – Bens insuficientes	445
1.568 – Especialização negocial	446
1.569 – Eficácia da hipoteca	446

Parte XVIII – Juizado Especial Civil

Capítulo LXXXIII – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça

§ 245 – Juizado Especial Civil, ou Juizado de Pequenas Causas	
1.570 – Intróito	452
1.571 – Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?	453
1.572 – O Juizado Especial Civil	453
1.573 – Criação do Juizado Especial	454
1.574 – Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	455
1.575 – Princípios informativos	455
1.576 – Princípio da oralidade	455
1.577 – Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial	456
1.578 – Conciliação	457
1.579 – A facultatividade do Juizado Especial	458
§ 246 – O Órgão Judicante: Competência e Composição	
1.580 – Competência	460
1.581 – Foro competente	460
1.582 – Competência para execução forçada	460
1.583 – Limitações à competência	461
1.584 – O órgão judicante	461
1.585 – Distribuição de funções: tarefa do juiz	461
1.586 – Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores	462
1.587 – O juízo arbitral	463
§ 247 – Partes	
1.588 – Legitimação <i>ad causam</i>	465
1.589 – Legitimação <i>ad processum</i>	465
1.590 – Litisconsórcio e intervenção de terceiros	466
1.591 – Intervenção do Ministério Público	466
§ 248 – Os Atos Processuais e o Procedimento	
1.592 – Os atos processuais e sua forma	468
1.593 – O procedimento	468
1.594 – A propositura da ação	468
1.595 – Citações e intimações	469
1.596 – Requisitos da citação	469
1.597 – Intimações	470
1.598 – A audiência de conciliação, instrução e julgamento	470
1.599 – A resposta do réu	471
1.600 – As provas	472
§ 249 – A Sentença e os Recursos	
1.601 – A sentença	474

1.602 – Recursos	474
1.603 – Extinção do processo	476
§ 250 – Execução e Disposições Especiais	
1.604 – Execução forçada	479
1.605 – As despesas processuais no Juizado Especial Civil	480
1.606 – Curadorias e assistência judiciária	480
1.607 – Acordos extrajudiciais	481
1.608 – Ação rescisória	481
1.609 – Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	481

Capítulo LXXXIV – O Juizado Especial Federal

§ 251 – As Pequenas Causas na Justiça Federal	
1.610 – A instituição do Juizado Especial Federal	484
1.611 – Disciplina legal	484
1.612 – Princípios informativos	484
1.613 – Competência absoluta	485
§ 252 – Órgão Judicante	
1.614 – Composição do órgão judicante	487
1.615 – Sessão de conciliação	487
1.616 – Competência	487
1.617 – Causas de competência dos Juizados Especiais Federais	487
§ 253 – Partes	
1.618 – Legitimação	490
1.619 – Intervenção de terceiros e litisconsórcio	490
1.620 – Ministério Público	490
1.621 – <i>Jus postulandi</i> e representação das partes	490
§ 254 – Atos Processuais e Procedimento	
1.622 – Princípios	492
1.623 – Atos de comunicação processual	492
1.624 – Uso de meios eletrônicos	492
1.625 – Prazos	492
1.626 – Petição Inicial	492
1.627 – Resposta	493
1.628 – Exceções	493
1.629 – Sessão de conciliação	493
1.630 – Instrução probatória	494
1.631 – A sentença e as máximas de experiência	494
1.632 – Reexame necessário	495
§ 255 – Sistema Recursal	
1.633 – Recursos no Juizado Especial	497
1.634 – Recurso especial e recurso extraordinário	497
1.635 – Incidente de uniformização de jurisprudência	497
§ 256 – Execução e Medidas Preventivas	
1.636 – Execução	500
1.637 – Medidas cautelares	500
1.638 – Antecipação de tutela	500

1.677 – Coisa julgada	532
1.678 – Execução	532
1.678-a – Prescrição	532

Capítulo LXXXVI – Ações Coletivas

§ 263 – Ação Civil Pública e Outras Ações Coletivas	
1.679 – Histórico	534
1.680 – Direito material coletivo e direito processual coletivo	534
1.681 – Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública	535
1.682 – Ações coletivas possíveis após o CDC	536
1.683 – Legitimação	537
1.684 – O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos ...	538
1.685 – Competência	540
1.686 – Procedimento	540
1.687 – Liminar	541
1.688 – Coisa julgada	541
1.689 – Execução	542

Capítulo LXXXVII – Ações Locatícias

§ 264 – Generalidades	
1.690 – Dos procedimentos e suas disposições gerais	546
1.691 – Tramitação durante as férias forenses	546
1.692 – Competência do <i>forum rei sitae</i>	546
1.693 – Valor da causa	547
1.694 – Atos de comunicação processual	547
1.695 – Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias	548

§ 265 – Ação de Despejo	
1.696 – Natureza	550
1.697 – A força executiva do procedimento	550
1.698 – A liminar na ação de despejo	551
1.699 – Legitimação	552
1.700 – Documentação da petição inicial	553
1.701 – Concordância do locatário com a pretensão do locador	553
1.702 – Denúncia vazia	554
1.703 – Denúncia cheia	554

§ 266 – Ação de Despejo por Falta de Pagamento	
1.704 – Cabimento	556
1.705 – Conseqüência da cumulação de pedidos	556
1.706 – Purga da mora	557
1.707 – Reiteração abusiva da purga da mora	557
1.708 – Purga da mora e contestação	558

§ 267 – Execução da Sentença de Despejo	
1.709 – Desocupação voluntária	560
1.710 – Execução forçada	560
1.711 – Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel	561
1.712 – Execução provisória e caução	561
1.713 – Abandono do imóvel pelo locatário	561

Parte XIX – Alguns Procedimentos Especiais Disciplinados
fora do Código de Processo Civil

Capítulo LXXXV – Ações Constitucionais

§ 257 – A Constituição e o Processo

1.639 – O direito processual constitucional 506

1.640 – Os fundamentos do direito processual constitucional 506

§ 258 – Mandado de Segurança

1.641 – Conceito 508

1.642 – Natureza da ação 508

1.643 – Legitimação ativa 509

1.644 – Legitimação passiva 509

1.645 – Ato de autoridade judicial 511

1.646 – Litisconsórcio 511

1.647 – Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo 512

1.648 – Procedimento 512

1.649 – Liminar 512

1.650 – Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança 514

1.651 – Competência 514

1.652 – Sentença e coisa julgada 515

§ 259 – Mandado de Segurança Coletivo

1.653 – Conceito 517

1.654 – Legitimação ativa 517

1.655 – Legitimação passiva 518

1.656 – Procedimento e competência 518

§ 260 – Mandado de Injunção

1.657 – Conceito 520

1.658 – Objeto 520

1.659 – Pressupostos 520

1.660 – Legitimação 521

1.661 – Competência 521

1.662 – Procedimento 522

§ 261 – *Habeas Data*

1.663 – Conceito 524

1.664 – Natureza jurídica 524

1.665 – Legitimidade e interesse 525

1.666 – Objeto do *habeas data* 525

1.667 – Competência 526

1.668 – Procedimento 526

1.669 – Cumprimento da sentença 527

1.670 – Coisa julgada 527

§ 262 – Ação Popular

1.671 – Conceito 529

1.672 – Requisitos 529

1.673 – Atos atacáveis pela ação popular 530

1.674 – Legitimação 530

1.675 – Procedimento 531

1.676 – Sentença 531

§ 268 – Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação	
1.714 – Cabimento	564
1.715 – Legitimação	564
1.716 – Pressupostos	565
1.717 – Procedimento	565
1.718 – Petição inicial	565
1.719 – Depósito judicial	565
1.720 – Prestações vincendas	565
1.721 – Revelia	566
1.722 – Contestação	566
1.723 – Reconvenção	566
1.724 – Complementação do depósito após a contestação	566
1.725 – Levantamento do depósito	567
§ 269 – Ação Revisional de Aluguel	
1.726 – Cabimento	569
1.727 – Natureza	569
1.728 – Legitimação	569
1.729 – Procedimento	569
1.730 – Petição inicial	570
1.731 – Aluguel provisório	570
1.732 – Contestação	571
1.733 – Sentença	571
1.734 – Verbas da sucumbência	572
1.735 – Execução de sentença	572
1.736 – Acordo de desocupação	572
§ 270 – Ação Renovatória	
1.737 – Cabimento	574
1.738 – Natureza jurídica	574
1.739 – Legitimação	575
1.740 – Procedimento	576
1.741 – Petição inicial	576
1.742 – A defesa do locador	578
1.743 – Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais	579
1.744 – Defesa baseada no valor real da locação	579
1.745 – Defesa baseada em melhor proposta de terceiro	580
1.746 – Retomada para construção ou reconstrução	580
1.747 – Retomada para uso próprio	581
1.748 – Aluguel provisório	581
1.749 – Sentença	581
1.750 – Sentença de retomada	582
1.751 – Execução de sentença	583
1.752 – Indenização de perdas e danos	583

Capítulo LXXXVIII – Ações Decorrentes de *Leasing* e Alienação Fiduciária

§ 271 – Alienação Fiduciária em Garantia	
1.753 – Introdução	586
1.754 – Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis)	587
1.755 – Busca e apreensão	587
1.756 – Ação de depósito	589
1.757 – Ação de execução	589
1.758 – Execução da alienação fiduciária de bem imóvel	590

§ 272 – Arrendamento Mercantil (<i>Leasing</i>)	
1.759 – Noção de arrendamento mercantil	592
1.760 – Ações decorrentes do <i>leasing</i>	592
<i>Bibliografia</i>	595
<i>Índice Onomástico</i>	605
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	609
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	629